

Trabalhadores da saúde doam sangue para cobrar compromissos do Governo do Estado

A ação faz parte da campanha “A gente dá o sangue em defesa da saúde pública”, lançada no dia 27/01, pelo Sindsaúde

Ao som de marchinhas de carnaval e com muito bom humor, dirigentes do Sindsaúde lançaram na manhã desta quarta-feira, 27/01, a campanha “A gente dá o sangue em defesa da saúde pública!”. A ideia foi mobilizar os trabalhadores e a população em geral para a importância da doação de sangue na semana que antecede o carnaval e cobrar mais atenção do Governo do Estado para a saúde pública, principalmente no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores da saúde.

A ação começou às 8 horas da manhã, seguindo até ao meio-dia. A técnica de enfermagem Cláudia Ferreira, do Hospital Infantil Albert Sabin, saiu do plantão direto pra praça para fazer a doação. Mas, logo na triagem, ela ficou sabendo que não

poderia doar, pois precisaria ter no mínimo 6 horas de repouso anterior à doação. Mas o gesto de Cláudia contagiou muitas pessoas que passavam pela Praça, que aproveitaram para fazer este gesto de solidariedade. O posto móvel do Hemoce ficou pequeno para o número de doadores, que faziam fila na espera do cadastro e triagem, etapas necessárias antes da doação ser realizada.

Os trabalhadores cobram do Governo do Estado o retorno das gratificações para os servidores da saúde e o adicional de insalubridade para os agentes comunitários de saúde. Além disso, eles cobram a implantação dos pisos salariais dos servidores do nível médio e a realização de concurso público.



A gente dá o sangue em defesa da saúde pública!

E você Governador? Cumpra os compromissos com os trabalhadores da saúde!

Uma campanha em defesa da saúde pública e dos trabalhadores.



- Piso salarial, retorno das gratificações e reajuste para os servidores do Estado
- Insalubridade para os ACS vinculados ao Estado
- Concurso público já!

Juazeiro do Norte

Sindsaúde pede bloqueio de bens do ICN na Justiça

O Instituto Cidadania e Natureza, ICN, gerenciava a UPA em Juazeiro do Norte e os profissionais foram desligados sem receber as verbas rescisórias.

O Sindsaúde entrou na Justiça do Trabalho com Ação Cautelar Inominada requerendo o bloqueio de bens do Instituto Cidadania e Natureza, ICN, dos sócios e de eventuais repasses do município de Juazeiro do Norte em favor do instituto, que gerenciava a UPA no município.

Em decorrência de recomendação do Ministério Público Federal, MPF, a prefeitura de Juazeiro do Norte rescindiu, unilateralmente, o contrato com o ICN e os funcionários do Instituto não receberam as verbas rescisórias.

O processo tramita na 1ª Vara do Trabalho e deve ser apreciado pela Juíza Titular Fernanda Monteiro Lima Verde. Caso seja deferida, a medida deve beneficiar cerca de 75 funcionários que trabalhavam na UPA de Juazeiro do Norte.

O ICN não possui representantes na região. Os diretores desta empresa estão presos em São Luís/MA, em decorrência de fraude na gestão de várias entidades hospitalares públicas.



Leia ainda, nesta edição...

- A luta dos ACS pela garantia do incentivo financeiro - Pág. 4

- Justiça acata pedido do Sindsaúde e beneficia trabalhadores do Hospital Central de Fortaleza - Pág. 2

- Trabalhadores da Coosaúde protestam contra atrasos nos pagamentos - Pág. 2

- A posse da nova diretoria do Sindsaúde - Pág. 3

- Sindsaúde denuncia manobra para prejudicar ACS e ACE em Campos Sales - Pág. 4

Governo adia discussão sobre reajuste dos servidores do Estado

Os servidores querem 12,67% de reajuste, mas por enquanto o Governo só acena com reajuste para quem ganha menos que o salário mínimo.



O diretor do Sindsaúde, Messias Carlos, acompanhado de servidores do Estado e de outras lideranças sindicais, participou no último dia 22 de reunião na Secretaria do Planejamento do Estado. A reunião foi solicitada pelo Fórum Unificado das Associações e Sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais do Ceará, Fuaspec, para cobrar do Governo do Estado a reposição salarial da categoria. Os servidores e representantes foram recebidos pelo secretário do Planejamento, Hugo Figueiredo, e pelo coordenador de Acolhimento aos Movimentos Sociais, Acrísio Sena. O Fuaspec entregou uma pauta ao governo onde solicita a reposição salarial de 10,67%, referente ao índice do IPCA mais 2% de reposição de perdas, o que totaliza 12,67%.

Mas o governo adiou a discussão para abril, quando, segundo o secretário do Planejamento, Hugo Figueiredo, seria possível dimensionar os contornos da

crise nacional. O Secretário adiantou ainda que agora em fevereiro, o governo vai dar um reajuste de 8,43% (podendo chegar até 10,67%) para os servidores que recebem até R\$ 830,00, elevando o salário destes servidores para R\$ 900,31, o que não significa quase nada porque o Estado é obrigado a pagar o salário mínimo que passou para R\$ 880,00, em janeiro.

Esse reajuste está previsto apenas para os servidores que ganham a remuneração mínima do Estado e não contempla os técnicos e auxiliares de enfermagem nem os agentes comunitários de saúde (ACS) vinculados ao Estado.

O Sindsaúde avalia que é inadmissível esta protelação por parte do governo. Os trabalhadores não podem pagar pelo resultado de uma crise política para a qual não contribuíram. A negociação com o governo na área da saúde só será viável se houver, pelo menos, a reposição da inflação e a correção das gratificações, sobretudo a de risco de vida. A Presidente do Sindsaúde, Marta Brandão, alerta que a proposta de reajuste apresentada pelo representantes do Governo, visando contemplar aproximadamente 20 mil servidores que ganham a remuneração mínima do Estado, não atende aos anseios da categoria, pois sequer repõe a inflação dos últimos doze meses. Ela defende que "é preciso fortalecer a luta, unindo todos os servidores em defesa de um reajuste digno e por melhores condições de trabalho".



Trabalhadores da Coosaúde protestam contra atraso nos pagamentos

Além de paralisações, os trabalhadores foram ao Ministério Público e ocuparam a sede da Secretaria da Saúde para cobrar pagamentos atrasados.

Os constantes atrasos nos pagamentos dos profissionais que atuam nos hospitais do Estado resultaram em várias paralisações dos cooperados à Coosaúde no mês de dezembro passado e em janeiro deste ano. No dia 20 de janeiro, eles realizaram ato na Procuradoria Regional do Trabalho para cobrar um posicionamento em relação ao inquérito civil 00403.2013.07.000/8, instaurado após denúncia do Sindsaúde.

Além dos atrasos, o Sindsaúde denuncia que os trabalhadores não tem descanso semanal remunerado, férias remuneradas, adicional noturno e

adicional de insalubridade.

O Procurador Antônio de Oliveira Lima colheu o depoimento de cooperados e garantiu que vai ingressar com uma ação civil pública, a fim de garantir os direitos dos cooperados.

No dia 27/01, os cooperados ocuparam a sede da Secretaria da Saúde para cobrar os pagamentos atrasados. Eles foram recebidos pelo secretário adjunto, Marcos Gadelha, que assumiu o compromisso de pagar um mês até o dia 5 de fevereiro e o outro mês até o dia 29/02. Os cooperados avisaram: se o pagamento não for efetuado, vão parar as atividades durante o carnaval.

Trabalhadores do Hospital Waldemar de Alcântara param atividades para cobrar pagamentos atrasados

Trabalhadores do Hospital Waldemar de Alcântara, em Messejana, param as atividades por duas vezes no mês de dezembro passado para cobrar pagamentos em

atraso. Além das horas extras, profissionais cobravam vale alimentação e gratificação por assiduidade. Os valores referentes a estes direitos são pagos separadamente há cerca de um ano e os trabalhadores não tinham recebido ainda o referente ao mês de novembro passado, o que, segundo a assessoria jurídica do Sindsaúde, contraria as disposições contidas na CLT. Os trabalhadores do Hospital Waldemar de Alcântara são celetistas vinculados à organização social ISGH, Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar, que justificou o atraso pela falta de repasse de recursos pelo Governo do Estado.

O Sindsaúde solicitou mediação com o sindicato patronal para discutir sobre as irregularidades nos pagamentos dos trabalhadores.



Carnaval - Sorteio para hospedagem no sítio do Sindsaúde será realizado todos os meses

Por conta da grande procura pelos chalés do Sítio do Sindsaúde, em Beberibe, a diretoria executiva do sindicato decidiu que a partir deste ano serão realizados sorteios todos os meses para os sócios que desejarem se hospedar no local. O primeiro sorteio deste ano foi realizado no dia 13/01, no auditório do Sindsaúde. Foram sorteados os finais de semana do mês de fevereiro, incluindo o período de carnaval. Para os meses seguintes, os sorteios serão realizados sempre no dia 15 de cada mês ou no primeiro dia útil seguinte, para hospedagem no mês subsequente.

Para mais informações e inscrições para o sorteio, os sócios devem ligar para o 3251-9058. Os sócios podem se inscrever para quantos finais de semana desejarem, mas cada sócio só poderá ser sorteado para um final de semana em cada mês.

Confira no nosso site mais informações sobre este espaço de lazer dos sócios do Sindsaúde. Site: www.sindsaudeceara.org.br

Juiz determina depósito de verbas rescisórias dos trabalhadores da Sameac

No último dia 27, mais uma audiência foi realizada no Fórum Autran Nunes com os trabalhadores da Sameac. O juiz da 7ª Vara do Trabalho determinou que a UFC deposite até o dia 05/02 as verbas necessárias a garantir o pagamento das rescisões dos contratos de trabalho, sob pena de pagamento de multa de R\$ 50.000,00, por parte da UFC.

Trabalhadores da saúde que atuam no Hospital Universitário Walter Cantídio e na Maternidade Escola Assis Chateaubriand, através da Sameac, completaram três meses

de greve no dia 05/01. Ameaçados de demissão coletiva por conta do fim dos contratos com a UFC, os cerca de 700 trabalhadores lutam pela manutenção dos empregos.

Os advogados da UFC e o Vice-Reitor, Ciro Nogueira, deixaram claro, na audiência, que a Reitoria não pretende prorrogar o contrato de prestação de serviços com a SAMEAC. Por força de acordo feito na 4ª Vara da Justiça Federal, estes contratos foram prorrogados até 18 de fevereiro de 2016. Uma nova audiência foi marcada para o dia 30 de março para dar continuidade à instrução do processo que foi movido para evitar demissão no período de greve.



Ações individuais e gratuitas no Sindsaúde

Como não ficou garantido nesta audiência o pagamento dos salários em atraso, a assessoria jurídica do Sindsaúde está ingressando com ações individuais para os empregados da Sameac que não receberam salários em novembro e dezembro de 2015. O horário de atendimento é das 8 às 18 horas, na sede do sindicato, na rua Guilherme Rocha, 883, Centro. O interessado deve trazer a CPTS, CPF, RG e o contracheque de outubro/2015. O sindicato não cobra honorários.

Justiça acata pedido do Sindsaúde em favor de trabalhadores do Hospital Central de Fortaleza

Ao todo, 130 empregados devem ser beneficiados com a decisão do juiz, que determina o depósito do FGTS dos trabalhadores em dia, sob pena de multa.

A Justiça do Trabalho determinou no dia 11 de dezembro passado que o Hospital Central de Fortaleza deposite em dia o FGTS dos trabalhadores. Em caso de descumprimento, o hospital terá que pagar R\$1.000,00 em multa em favor de cada funcionário. O recolhimento do FGTS deve ser feito até o dia sete de cada mês e as parcelas em atraso devem ser depositadas em até quinze dias após a notificação desta decisão da Justiça, sob pena de acréscimo de multa de 10% sobre o valor. A decisão do juiz da 15ª Vara do Trabalho de Fortaleza, João Carlos de Oliveira Uchoa, atende à uma ação impetrada pelo Sindsaúde em 2015.

O Hospital Central de Fortaleza pertence ao mesmo grupo econômico do hospital SOS. Em comum, os dois são conhecidos da Justiça por desrespeitarem os direitos dos trabalhadores com atrasos nos pagamentos, falta de depósito do FGTS e por manter profissionais sem carteira assinada. Por esses motivos, a assessoria jurídica do Sindsaúde ingressou com duas ações contra os referidos hospitais, requerendo o depósito do FGTS e os pagamentos dos salários em dia.



Vitória na justiça assegura adicional de insalubridade

Em Fortaleza, trabalhadores da Unimed Fortaleza voltaram a receber adicional de insalubridade. Resultado de uma ação movida pelo Sindsaúde em 2010, a Justiça determinou o pagamento do adicional a 44 trabalhadores do setor de farmácia do Hospital Regional da Unimed.

ENQUANTO ISSO, EM ARACATI...



Aracati - Sobra dinheiro para o carnaval, falta para a saúde

O Sindsaúde entregou no dia 25/01 ofício na Promotoria de Justiça da comarca de Aracati denunciando que a Prefeitura daquele município não pagou os salários de novembro e dezembro de 2015 aos prestadores de serviço na área da saúde. Ao todo, são cerca de mil pessoas que estão sofrendo restrições, inclusive de alimentos, por conta do descaso do prefeito Ivan Silvério. O Ministério Público, que chegou a pedir o cancelamento da festa, denuncia que o município pretende gastar no carnaval deste ano cerca R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e 400 mil reais). A promotora de Justiça, Virgínia Navarro, apurou ainda que a prefeitura colocou no orçamento do carnaval o fornecimento de 13.000 quentinhas para a equipe de apoio. O Sindsaúde concorda com a Promotoria de Justiça. Não é contra os festejos de carnaval, mas defende: primeiro a obrigação e depois a diversão!

Sindsaúde participa de marcha de romeiros contra a corrupção

A saúde pública tem sido um dos principais alvos das fiscalizações feitas pelos romeiros que percorrem a região do Cariri. Um hospital abandonado e um posto de saúde que teve as obras iniciadas em 2011 ainda inacabado fazem parte do saldo parcial da passagem dos Romeiros da Cidadania contra a Corrupção - 2ª Marcha da Cidadania no Ceará - no município de Antonina do Norte. A visita contou com a participação da dirigente do Sindsaúde Marli Costa.

A marcha foi realizada do dia 10 ao dia 25 de janeiro, passando por seis municípios na região do Cariri. Além de Antonina do Norte, receberam a visita da força tarefa popular os municípios de Assaré (13), Altaneira (16), Nova Olinda (17), Crato (20) e Juazeiro do Norte (22). Representantes de entidades sindicais e movimentos sociais do campo e da cidade integraram a ação, coordenada pela Ação Cearense de Combate à Corrupção e à Impunidade, ACECCI, uma ONG que tem por objetivo desenvolver ações de combate à corrupção na administração pública em todos os níveis da federação.



Posse da nova diretoria do Sindsaúde

Os 231 novos diretores, eleitos no pleito realizado nos dias 20, 21 e 22 de outubro de 2015, foram empossados em clima de festa no dia 18 de dezembro, no Clube Gresse. A nova diretoria deve atuar no período de 2015 a 2019. Na festa da posse, que contou com a música de Fonseca Junior e Banda, os dirigentes da capital e interior do Estado puderam renovar o compromisso de continuar atuando de forma efetiva ao lado dos trabalhadores, com muita garra, força, união e resistência para encarar de frente os desafios que ainda estão por vir.

EXPEDIENTE

O TERMÔMETRO - Informativo do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Ceará - Sindsaúde Ceará
Nº 77 | Fevereiro de 2015

Rua Guilherme Rocha, 883 - Centro - Fortaleza/CE | Cep 60.030-141 | Fones: (85)3251.9050 - 3251.9054 (plantão sindical). **Internet:** site: www.sindsaudeceara.org.br | email: falecom@sindsaudeceara.org.br | Facebook: /sindsaudeceara | **Jornalista responsável:** Gilda Barroso **MTe JP 2484/CE** | **Tiragem:** 10 mil exemplares. **Presidente:** Marta Brandão da Silva | **Conselho Editorial:** Marta Brandão, Givana Lopes, Marli Pereira e Regina Célia Moraes | **Diagramação e artes:** Arievaldo Viana | **Fotos:** Cristhyana Abreu e Sec. de Comunicação.



Sindsaúde denuncia manobra para prejudicar ACS e ACE em Campos Sales

Lei aprovada pelos vereadores do município retirou o incentivo financeiro dos ACS e ACE a partir do mês de setembro.

Após muita pressão e ameaça de greve, os agentes de saúde e combate a endemias de Campos Sales foram chamados para negociar com a prefeitura municipal. Eles reivindicavam o pagamento do incentivo financeiro em atraso há seis meses, além da parcela extra do final do ano. Depois de serem informados que uma lei aprovada pelos vereadores retirou o incentivo da categoria a partir do mês de setembro passado, eles aceitaram a proposta feita pelo prefeito Moésio Loiola de pagar dois meses de incentivo (julho e agosto) mais a parcela extra proporcional do final do ano. O pagamento será parcelado em três vezes, com a última parcela no mês de março.

Para a dirigente do Sindsaúde na região, Francisca Cândido do Nascimento, mais conhecida como Dona Buri, houve manobra do prefeito com os vereadores para prejudicar os agentes de saúde e combate às endemias. Apesar da categoria ter decidido em assembleia aceitar a proposta do prefeito, ela não descarta a possibilidade de greve. "Vamos esperar o pagamento da última parcela, como decidiram os trabalhadores, mas vamos continuar lutando pelo retorno do incentivo financeiro."

O município de Campos Sales está embolsando toda a parcela da Assistência Financeira Complementar - AFC, no valor de 95% do piso salarial do ACS (R\$1.014,00), repassada, mensalmente, pelo Ministério da Saúde, por ACS vinculado ao Estado do Ceará, já que é o Governo estadual que paga o salário, inclusive 13º, desses ACS que trabalham em Campos Sales. Diversos municípios, a exemplo de Juazeiro do Norte, Capistrano, Acarape, Redenção, Aracoiaba já sancionaram leis recentes (novembro/dezembro de 2015), repassando, a título de gratificação de incentivo financeiro, percentuais que variam de 40 a 60% da AFC, para todos os ACS municipais e cedidos.

ACS de Pacatuba ameaçam entrar em greve

Em Pacatuba, a prefeitura suprimiu o pagamento do incentivo mensal há mais de um ano e também não pagou a parcela extra no final do ano. A prefeitura fica com cerca de R\$70.000,00 referente à Assistência Financeira Complementar, AFC, dos ACS do Estado do Ceará, verba repassada pelo Governo Federal. E o prefeito Alexandre Alencar ainda pretende ser reeleito este ano. Os ACS já avisaram: se não tiver negociação, vai ter greve. Ofício solicitando negociação com a prefeitura foi encaminhado pelo Sindsaúde no último dia 13 de janeiro.



A luta pelo incentivo financeiro na Regional de Baturité

Em Aracoiaba, o Sindsaúde, junto aos agentes de saúde, conseguiu que fosse mudada a denominação das verbas para pagar incentivo financeiro da categoria. Além disso, o incentivo passou a ser garantido para quem se encontra de férias, licença maternidade ou licença de outra natureza, que antes não recebiam.

Para as dirigentes do Sindsaúde na Regional de Baturité, Fátima Pinto, Sandra e Antônia Silva, esta foi uma grande conquista. A negociação do adicional de insalubridade dos ACS vinculados ao município já foi encaminhada para a próxima negociação, que deve ser agendada ainda neste mês.

Mais conquistas

Em Capistrano, no dia 11 de dezembro de 2015, houve modificação da lei que institui o piso salarial dos agentes de saúde. A prefeitura acatou sugestão da assessoria jurídica do Sindsaúde e os ACS passaram a receber a título de gratificação de incentivo a importância equivalente a 70% da Assistência Financeira Complementar, AFC, repassada pelo Ministério da Saúde. Além disso, os ACS de Capistrano receberam a parcela adicional no final do ano.

Em Pacoti, a nomenclatura também foi modificada através de mensagem aprovada na Câmara Municipal. O incentivo garantido aos ACS, com direito a parcela extra em dezembro, é de 40% do piso salarial.

Já em Itapiúna, após várias negociações, foi restabelecido o incentivo financeiro que estava suspenso desde agosto. Depois de muita pressão, o município enviou para a Câmara um projeto de lei restabelecendo o pagamento do incentivo financeiro correspondente a 50% da AFC e garantindo também o repasse da parcela adicional (R\$ 963,00). O pagamento voltou a ser feito ainda no mês de dezembro, antes da aprovação da mensagem pelos vereadores, e os agentes de saúde receberam o retroativo em parcela única no mesmo período.

Pacoti - Justiça acata pedido do Sindsaúde e servidores voltam a exercer suas funções

Os servidores públicos de Pacoti que atuavam como motoristas de ambulâncias no hospital da cidade tinham sido prejudicados com a mudança de função, feita pelos gestores de forma arbitrária.

A Justiça acatou o pedido do Sindsaúde e determinou a reintegração de dois servidores às suas funções originais na Secretaria da Saúde de Pacoti. Em 2013, os servidores tinham sido afastados de suas funções, sendo devolvidos para a administração municipal, após uma reunião em que debateram as condições de trabalho da categoria. Em represália, eles foram afastados de suas funções, passando a ficar ociosos na sede da prefeitura e depois transferidos para a Secretaria da Educação, perdendo assim parte da remuneração, já que não tinham mais direito ao adicional de insalubridade.

A assessoria jurídica do Sindsaúde, considerando que o ato foi vingativo, ajuizou ação ordinária, com o objetivo de anular o ato de devolução dos servidores e, conseqüentemente, determinar o retorno dos trabalhadores à lotação junto a Secretaria de Saúde na função de motorista de ambulância.

O juiz de primeiro grau deferiu os pedidos e ainda determinou o pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00, pelo prefeito de Pacoti, em caso de descumprimento da determinação judicial. Os dois motoristas já reassumiram as suas funções.

Crato - ACS a um passo da conquista do adicional de insalubridade

O Sindsaúde, através das diretoras Adriana Saraiva Faustino e Márcia Maria de Santana Costa, do assessor jurídico Patrick Carvalho, com a parceria da Associação dos ACS de Crato, conseguiram o compromisso da administração municipal de Crato de enviar projeto de lei instituindo o pagamento do adicional de insalubridade para os agentes comunitários de saúde vinculados ao Estado. O projeto de lei já foi enviado e deve ser votado nos próximos dias.



Assédio moral no HAP VIDA

A coordenadora do Centro Médico Bezerra de Menezes, do Hap Vida, Denise Espinoza, é temida pela equipe de trabalhadores da unidade. Desde que chegou na unidade, há cerca de 5 anos, os funcionários são vigiados por câmeras e ameaçados de demissão, além de serem humilhados pela referida chefia. Os trabalhadores costumam trabalhar além do horário sem receber horas extras nem compensação através de folgas. Muita gente, sem suportar a pressão, já pediu demissão. Há relatos de funcionários que teriam sido demitidos por falsas acusações que não se comprovaram.

Vigiados e ameaçados

No Hospital Santo Antônio de Barbalha (Fundação Otília Correia Saraiva - hospital filantrópico), trabalhadores tem os passos monitorados por câmeras que foram instaladas em praticamente todos os setores da unidade de saúde. As gerentes Nerilane e Alice monitoram dia e noite cada movimento dos trabalhadores, que sofrem ameaças de suspensão e demissão até quando param para beber água. Além das ameaças, os profissionais são pressionados a irem trabalhar com roupas brancas, mesmo sem o fardamento ser fornecido pelo hospital há dois anos, quando foram tiradas as medidas dos trabalhadores para a produção das fardas que até hoje não foram entregues.